

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO DE LÍNGUA NA ESCRITA DE
ACADÊMICOS DE LETRAS**

Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia
ge.rasia@hotmail.com
Doutora
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Pensar o ensino de língua portuguesa, hoje, no horizonte das questões teóricas formuladas pela Análise do Discurso francesa (AD), implica recolocar na mesa dos debates a dimensão política do ensino de língua. Interessada nos processos histórico-sociais em jogo na constituição da linguagem, a AD reposicionou a relação linguagem-sociedade, na medida em que postulou a constituição dialética de ambas, e isso de modo não homogêneo. O linguístico passou a ser tomado a partir da exterioridade que lhe é constitutiva, e por isso o olhar sobre o funcionamento da língua enquanto instância de produção de sentidos. Vale lembrar que a AD não se constituiu como proposta de caráter de aplicação imediata, no entanto, justamente por deslocar substancialmente o modo de conceber a linguagem e a relação com o conhecimento, possibilitou que pudessem ocorrer rupturas nas relações com o saber sobre a língua. Tal deslocamento, no entanto, não impediu que no âmbito das práticas de ensino se mantivessem posturas conservadoras, as quais concebem a língua como estrutura ausente de seus usuários e de condições de produção específicas. Isso se dá, em parte, porque embora a dimensão do ensino conte com o fundamento de teorias contemporâneas, e toda teoria seja, em essência, política, nos termos de Guimarães e Eni Orlandi (*Linguagem, história e conhecimento*, 2006), nem todas colocam “o político como elemento próprio das relações sociais”. Considerar a

dimensão política constitutiva do ensino de língua corresponde, por exemplo, a tomar a relação norma/uso como constitutiva dos conflitos e das diferenças sociais.

Nessa perspectiva, o presente estudo aborda o imaginário de língua constituído por sujeitos em formação em Cursos de Letras Português, especialmente a partir dos aspectos que dizem respeito à relação norma x uso. A posição-sujeito acadêmico inscreve-se, nesse processo, nos saberes formulados no intervalo entre a ordem do senso comum e a ordem da cientificidade, lugar a partir do qual são tecidos embates de identificação e desidentificação, em decorrência de interpelações oriundas das duas ordens em jogo. Interessa-me analisar, na produção escrita desses sujeitos, o imaginário de língua composto a partir dos discursos neles presentes. As produções languageiras são tomadas, assim, como instâncias de constituição dos sujeitos e dos sentidos, numa relação que é inseparável e que implica o atravessamento da ordem do ideológico.

A construção que tenho feito em componentes curriculares que abordam a leitura e a produção de textos tem partido essencialmente de questões relacionadas à língua, constituindo, para além da prática escrita, reflexões de ordem metalinguística. Nesse processo tenho percebido que os acadêmicos, quando chamados a se deslocarem da condição de simples usuários da língua para a de sujeitos que refletem sobre a mesma, fazem emergir em suas formulações espaços de discurso que materializam confrontos de ordem política no que dizem sobre a língua e nos modos como o dizem. Trata-se de formulações que reportam à própria constituição contraditória da instância normativa, a qual “emerge exatamente do uso linguístico” (Moura Neves, *Que gramática estudar na escola?*, 2004). Esse trajeto de legitimação se dá em uma perspectiva histórica, a qual, para além das implicações da linha do tempo, conta com as de ordem política, no sentido de que a cristalização de alguns usos promove a varredura de outros, passando a circunscrevê-los no domínio de um fora interdito.

A divisória desaparece, no entanto, sob o efeito de naturalização diante do fato de que há *a* língua portuguesa, normatizada, reconhecida pelos manuais, em contrapartida às realizações situadas na ordem da diferença, debitadas à razão do espaço geográfico, da condição social do falante, dentre outras variáveis. Assim, importa se perguntar, no presente estudo, acerca de algumas questões, tais como: de que lugares da rede do interdiscurso emanam os enunciados que dizem sobre essa língua? Que furos compõem essa tessitura, esgarçada pelo tempo e naturalizada pela suposta ausência de conflitos políticos e sociais? Para além do dizer sobre, como se apresenta a língua em si, matéria contraditória, cuja propriedade é a diferença, a não unicidade? E ao se apresentar na condição da variação, da

diferença, como se apreendem, aí, os movimentos simultâneos de entrega e de resistência do sujeito usuário? É a isso, dentre outras questões, que este estudo pretende responder.

Os estudantes, ao adentrarem as discursividades próprias do espaço acadêmico, passam por um processo de reconfiguração gradual dos saberes que possuem acerca da língua. Nessa passagem se tece a luta entre a reprodução dos saberes do senso comum, do tipo “o brasileiro não sabe a sua língua”, e enunciados da ciência linguística, os quais relativizam afirmações dessa ordem. Construir o entendimento do que seja “saber a sua língua” implica, necessariamente, um deslocamento de ordem política, dadas as condições mesmas de constituição do português brasileiro, as condições de escolarização, além da instituição dos instrumentos lingüísticos no Brasil, tais como gramáticas e dicionários. Face a essa complexidade, busco focar os espaços em que esse entendimento se constitui, nos textos dos acadêmicos, procurando pistas, na materialidade linguística, da ordem política que aí se inscreve. É preciso, para tanto, considerar as condições históricas que produzem os sentidos acerca do saber linguístico e acerca dos sujeitos que frequentam a academia de Letras hoje. São eles, em sua grande maioria, oriundos de classes menos favorecidas economicamente, os quais buscam uma formação que amplie as possibilidades de ingresso imediato no mercado de trabalho. A esses soma-se uma outra parcela, menor, de diplomados de áreas diversas, que buscam na formação em Letras o aprimoramento dos conhecimentos acerca da linguagem, com vistas ao aperfeiçoamento da língua escrita em suas atividades profissionais, com conseqüente ampliação das possibilidades de inserção e ascensão profissional. Essa descrição, ainda que ampla e generalizante, me conduz a pensar sobre os sentidos que o “saber a língua” produz para sujeitos inscritos em situações de certo modo distintas, embora ambas orientadas por um valor de caráter mercadológico. Diante disso, algumas questões despontam, dentre elas, como esse “saber a língua” emerge em seus discursos e que determinações o atravessam.

A gramática, como um dos lugares que derivam cristalizações acerca do que seja “saber a língua”, concede à diferença e à variação lugar ínfimo e marginal (quando o faz), porque emergente nos desvãos das formulações. O olhar sobre esses desvãos e sobre o que se diz acerca deles leva a perguntar acerca do que está em jogo na relação da história com a materialidade lingüística, sobre como esses saberes são (re)formulados pelos acadêmicos de Letras.

No âmbito da academia tais discussões têm estabelecido um espaço teórico privilegiado para abordagem, normalmente aquele que foca os estudos de ordem sociolinguística, os quais põem em relação dicotômica o par norma/uso e estabelecem relações de causa e efeito na tomada das variantes linguísticas pelos usuários. A posição

construída sobre essa questão no âmbito dos estudos discursivos é que as questões relacionadas à variação linguística, aos usos da linguagem, ao embate norma/variação podem ser pensadas a partir de pressupostos teóricos que possibilitem o deslocamento da perspectiva do *dado* para a do *fato*. Isso significa conceber os registros linguísticos significando a partir de sua representação de ordem política, via materialidade da linguagem, que é simultaneamente linguística e histórica. (Eni Orlandi, *Terra à vista*, 1990). Tal deslocamento implica a abordagem da linguagem em sua relação com a exterioridade como constitutiva, o que resulta no fato de que as questões concernentes à tomada da relação norma/variação, por exemplo, passem a significar não apenas pelas variáveis como condição social, *locus* geográfico, faixa etária, entre outras, mas a partir do entendimento sobre os modos como a relação dessas variáveis com os registros de linguagem fazem significar a língua enquanto condição identitária de seus usuários.

Françoise Gadet (*Cahiers de quelques de l'ILSL*, 2005) pontua que a AD propõe o discurso como foco, e, ao fazê-lo, leva em conta um nível intermediário entre o social e um sistema de língua do qual essa instância hipoteticamente teria sido subtraída. Esse deslocamento produz resultado teórico-metodológico que leva a perguntas do tipo: “diferentes grupos sociais dizem a mesma coisa dizendo diferentemente?” “as diferentes formulações, determinadas por diferentes posições enunciativas, reportam à produção de sentidos diferente?” É o estatuto da variação linguística que fica posto em discussão, numa ancoragem em postulados de vertente marxista, no interior da qual se preconiza a existência de um valor simbólico produzido pelas variáveis para seus usuários. O deslocamento da relação causa/efeito, própria da abordagem variacionista, para a tomada da relação norma/uso a partir de noções teóricas próprias da AD, tais como *interdiscurso*, *memória*, *equivoco e vacilo*, reporta à tomada da língua enquanto produção de discursos, e esses enquanto produção de sujeitos e de sentidos, inelutavelmente inseparáveis.

A análise dos enunciados produzidos pelos acadêmicos acerca dos usos da língua conduz, pois, a refletir acerca do imaginário composto por essa instância de discurso, ou seja, acerca das representações que os sujeitos postulam sobre a língua. E, para além disso, como as relações sociais encontram-se simbolizadas nessas representações. Tendo em vista o lugar de entremeio em que se inscrevem os estudantes de Letras em fase inicial de curso, divididos entre duas ordens distintas, conforme já discutido, importa apreender aos atravessamentos que compõem tal imaginário, a partir da ordem do senso comum e da ordem da ciência. Nas palavras de Chauí (*Convite à filosofia*, 2004, p. 217), “(...) (a ciência) só estabelece relações causais em decorrência de uma investigação que considera as relações com os semelhantes e

os diferentes; também porque surpreende-se com a regularidade, a constância, a frequência, a repetição, buscando mostrar que o extraordinário não passa de um caso particular do que é regular. O senso comum, em contrapartida, tem seus pressupostos e formulações circunscritos na ordem da subjetividade, da individualização e da generalização.”

O quesito generalização, embora presente nas duas ordens, difere, segundo a mesma autora, porque enquanto a ciência busca encontrar o que une os objetos em sua diversidade, no senso comum a tendência é estabelecer relações imediatas de causa e efeito entre as coisas ou os fatos, produzindo cristalizações. E desses lugares de suposta estabilidade derivam-se preconceitos que norteiam a interpretação da realidade, no caso, a linguística. O senso comum marca-se, ainda, pelo fato de que “não se surpreende nem se admira com a regularidade, constância, repetição e diferença das coisas, mas, ao contrário, a admiração e o espanto se dirigem para o que é imaginado como único, extraordinário, maravilhoso ou miraculoso.” (op.cit)

Entendo que os conflitos/confrontos entre essas duas ordens correspondem, em certa medida, ao embate entre a noção de língua imaginária, “aquela que os analistas fixam com suas sistematizações” e a língua fluida, “que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (Eni Orlandi, op. cit.). Os sujeitos acadêmicos, ao inscreverem-se numa posição que exige um olhar-outro sobre a língua, o olhar do distanciamento, produzem sentidos a partir da irrupção do equívoco, porque dizem a língua ora do lugar do regramento, ora do lugar que permite a variação, o diferente, a transgressão.

Os fios que compõem esse imaginário, advindos de diferentes espaços discursivos, tecem uma mescla na qual se observam lugares de encontro e de desencontro de saberes. O espaço da mídia, conforme já referido, é fortemente presente nessa composição. Em seus apelos, geralmente didatizados, saber a língua corresponde à capacidade de acessar um código “homogêneo e que passa por processo de degradação, de corrupção” (Roberto Baronas, *Breve ensaio sobre mídia e suavização de práticas linguísticas*, 2008). Baronas afirma ainda que “atualmente, todos os nossos sentimentos e práticas são calculados, espetacularizados e positivados por uma espécie de humanismo político midiático de boas intenções. Na verdade trata-se de um movimento midiático ocidental que se constitui numa espécie de cruzada iluminista apta a esclarecer sobre o bom uso da língua, pedofilia, machismo, drogas, homossexualismo, violência doméstica, idosos, ecologia, armas, preconceito racial, produzindo e comercializando um imaginário de cidadania”. (op.cit.). Esse saber amarra seus fios na instância do regramento, a qual institui a língua como perfeita, embora inatingível, cujo domínio, paradoxalmente, possibilitaria aos sujeitos ascensão social, estatuto de

cidadania e certificação de pertença. Com relação às interpelações da ciência linguística, conduzem elas, em alguns de seus recortes, a levar-se em conta a possibilidade da diferença. Porém, esse levar em conta não se dá sem contradições. A começar pelo estatuto da relação língua-sociedade, tão ambígua e equivocadamente postulado, em diferentes áreas dos estudos da linguagem.

Considerar a língua como instância possível da diferença implica, sobretudo, abalar a noção de totalidade, admitir o fato de que nela há espaço para o possível e o impossível. Este último, emergente pela via do equívoco, onde encontra abrigo a variação, compreendida como diferença, como o interdito ou mesmo o vacilo. A noção pecheutiana de vacilo é trazida neste contexto, em razão de que reporta ao fato de que os sujeitos não se inscrevem em um modo de dizer/pensar a língua que é homogêneo. O dissenso em torno do que seja a língua aceitável, os limites social e politicamente traçados nas fronteiras do “como se pode dizer x como não se pode” é o espaço de movência dos sujeitos acadêmicos, decorrente das diferentes interpelações pelas quais são afetados. A vacilação discursiva “afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas.” (Michel Pêcheux, *Por uma análise automática do discurso*, 1983, p. 314).

Nas palavras de Orlandi (*A leitura e os leitores*, 2003, p. 22), “a posição do sujeito é a configuração de um sítio de significância, um lugar de interpretação”. No caso, trato de discursos de sujeitos com diferentes histórias de vida, diferentes experiências com o processo de aprendizagem da língua e que estão se constituindo como estudiosos a partir do contato com múltiplas correntes do pensamento linguístico contemporâneo. São as concepções às quais se identificarem acerca da língua que determinarão as posturas acerca dos fatos de língua e sua relação com os usuários. O trabalho com textualidades próprias da academia é, pois, espaço de excelência para pôr em causa as discursividades que irrompem nos gestos de escrita e de leitura, no sentido de os acadêmicos entenderem as produções languageiras como *trabalho humano, produto histórico social*, de acordo com o que já afirmava Eni Orlandi na obra *A linguagem e seu funcionamento*, em 1996. Segundo essa mesma autora, “conhecer uma língua não é apenas conhecer as formas engendradas pela gramática, mas também o valor social atribuído a elas”. Reconstituir os trajetos que vão do senso comum à ordem da ciência, demarcando seus (des)encontros e embates e fazendo a língua *trabalhar na história* constitui, pois possibilidade de desestabilizar evidências, estejam elas em uma ou outra ordem.

